



EXPRESSO	-9.FEV.1980	AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

O GOVERNO vai abrir à iniciativa privada a possibilidade de investir em sectores que actualmente lhe estão vedados. Para isso, deverá dar entrada na Assembleia da República, já na próxima semana, um pedido de autorização legislativa, a ser debatido e votado com urgência, para alterações à Lei de delimitação dos sectores público e privado.

Com o novo diploma, os empresários particulares poderão montar empresas bancárias, de seguros e cimenteiras. A refinação de petróleo, a siderurgia, a petroquímica de base e o armamento são sectores cujos investimentos, embora deixem de estar sujeitos ao monopólio estatal, ficarão condicionados pelo Executivo. Nestes casos, pretende-se evitar excessos de produção, uma vez que as empresas existentes, de um modo geral, correspondem já às necessidades do mercado nacional.

No que diz respeito aos transportes, só as carreiras interurbanas poderão ser exploradas por entidades privadas. Os transportes colectivos urbanos, ferroviários e aéreos continuarão sob o controlo exclusivo do Estado.

Estas inovações, contudo, não porão em causa as nacionalizações, pelo menos antes de uma revisão constitucional, segundo confiou ao EXPRESSO um informador da maioria governamental.

No entanto, anteontem, os deputados da AD fizeram aprovar um pedido de autorização legislativa que tem em vista revogar uma Lei, elaborada pelo Gabinete de Maria de Lurdes Pintasilgo, que impedia a alienação de bens das empresas indirectamente nacionalizadas. O Governo justificava este pedido de autorização legislativa afirmando: "A situação deficitária das finanças públicas e o propósito de diminuir a pressão inflacionista constituem condicionantes impositivas de se efectivarem as indemnizações devidas pelas nacionalizações exclusivamente através de numerário, ha-

vendo assim necessidade de se recorrer a meios alternativos, entre os quais avulta a mobilização das indemnizações através da tomada de participações do sector público".

Por outro lado, relativamente às ratificações, o Executivo reduziu os seus pedidos a cerca de trinta. Todavia, a selecção feita não satisfaz os populares monárquicos, membros da AD, que exigem a manutenção de mais sete pedidos de ratificação. Assim, sofreu um novo atraso a apresentação de uma lista definitiva destes pedidos, bem como uma deliberação quanto às prioridades de cada um.

### "Damião de Góis" passará

De qualquer modo, há um pedido de ratificação que o

## Prioridade à lei que delimita os sectores público e privado

Governo deverá retirar: o do Decreto que cria o Instituto Damião de Góis, organismo de apoio técnico às actividades do Presidente da República. Com efeito, os reformadores manifestaram já a intenção de se oporem à não ratificação deste diploma. Isto significa que, com a presença de todos os deputados em S. Bento, a AD perderia a votação.

Na opinião dos reformadores, a recusa da criação do Instituto Damião de Góis traduzir-se-ia num mero acto de confronto entre órgãos de soberania (Governo e Presidência da República), contra o qual se mostram prontos a tomar uma posição clara.

Ainda a propósito do confronto entre os dois órgãos de soberania, este grupo de deputados acaba de tomar uma posição divergente dos outros



### Nos corredores de S. Bento

Pedro d'Anunciação

Fundação Cuidar o Futuro

elementos da coligação, embora de consequências menos drásticas: não apoiaram o pedido de suspensão do Decreto relativo às comemorações do dia 10 de Junho. Porém, a sua atitude aqui, de abstenção, não pôs em causa os desejos do Governo.

Recorde-se que a ideia inicial do Gabinete de Sá Carneiro, de votar contra a ratificação de três Decretos (sobre as comemorações do 10 de Junho e do centenário de Camões e a organização do Congresso das Comunidades), foi modificada, com o fim de evitar uma posição divergente dos reformadores. Em qualquer destes casos não estava em causa uma derrota, pois o grupo de Medeiros Ferreira apenas se absteria, mas o significado político do voto divergente.

dos dirigentes das bancadas da AD com o ministro adjunto, Francisco Balsemão, às segundas-feiras, decidiu-se fazer encontros quinzenais com o Primeiro-Ministro, às quartas-feiras, durante o almoço. Também às quartas-feiras, mas semanalmente, reúnem-se os dirigentes parlamentares da coligação, sem membros do Governo.

O problema das relações entre os diversos grupos da AD agudizou-se, depois da proposta apresentada por Rui Pena, na semana passada, exigindo ao Executivo explicações pelos aumentos de preços. Esta proposta tinha sido avançada sem o aval da bancada centrista e sem consultas aos parceiros da Aliança.

Mal recebida pelos ministros sociais-democratas, perante as

"históricos" sofreram uma derrota evidente. A lista vencedora, encabeçada por Salgado Zenha, foi eleita com 50 votos favoráveis, 12 oposições e 4 abstenções.

Embora os "históricos" não tivessem apresentado uma candidatura própria (dificultada pela impossibilidade de figurarem os mesmos nomes em mais do que uma lista), tornou-se clara a sua distanciação relativamente ao elenco proposto, até pela recusa de elementos seus em nele participarem (caso de José Luis Nunes).

A nova Direcção parlamentar dos socialistas conta com pessoas de várias tendências do partido, desde Teresa Ambrósio (dos moderados) a Carlos Candal (pontualmente ligado aos "históricos"). Almeida Santos (imposto por Mário Soares), João Cravinho e João Lima são outros dos nomes que dirigirão a bancada do PS.

O grupo de Jaime Gama e Manuel Alegre, todavia, divulgou um Programa de Trabalho para o seu grupo parlamentar, que recolheu já 24 assinaturas, incluindo a de João Lima. Este documento mostra que os "históricos", estando a perder posições pessoais, podem ainda exercer uma influência importante na linha de actuação do partido.

Tratando-se de um documento de trabalho que corresponde aos anseios de vários militantes socialistas, e recuperando algumas propostas dos "históricos" derrotadas na Comissão Nacional do Porto, este programa poderá vir a ser aprovado, embora com alterações, nas próximas jornadas parlamentares do PS.

Para já, os "históricos" propõem que as jornadas se realizem no Funchal, como forma de apoiar a Federação local do PS, que tem enfrentado grandes dificuldades.

Entretanto, no seio da AD, outros problemas se vão sentindo: a descoordenação entre os diferentes grupos da maioria, durante os debates do Plenário, é uma das questões em evidência.

### Derrota dos "históricos" no grupo parlamentar

Para resolver esta situação, têm-se dado passos na institucionalização de uma comissão coordenadora parlamentar, ao mesmo tempo que se debate uma alteração ao Regimento da Assembleia, de modo a dinamizar as sessões (Castro Caldas está a condensar dois projectos, de Rui Pena e Amândio de Azevedo).

Quanto à coordenação, para além das reuniões habituais

reservas dos democratas-cristãos, a proposta poderá vir a ser subscrita, na próxima semana, por elementos do grupo parlamentar do PSD. Essa é, pelo menos, a intenção de Rui Pena, que vê nos esclarecimentos que os membros do Governo vêm fazendo um sinal positivo da sua iniciativa.